

Sertão e civilização do Paraná: Análise do fator territorial na colonização dos Campos de Palmas

Sertão and civilization in the state of Paraná: An analysis of the territorial factor in the colonization of the Campos de Palmas region

Roberto Luiz Pocai Filho

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Resumo: Este artigo trabalha diversas fontes, sobretudo correspondências sobre o primeiro período da colonização dos Campos de Palmas (1809-1869). Nesses documentos, muitas vezes o homem branco utiliza-se do discurso para desprestigiar o referido território, assim como a forma de vida das populações ali residentes, ou seja, os Kaingang, Guarani e Xocling. Dessa forma, utilizando a metodologia de análise de conteúdo, recortamos do discurso palavras que descrevem essas terras, entre elas estão “terras abandonadas”, “sertão”, “mato” e “selvageria”. A desvalorização do território se torna uma estratégia por parte das autoridades colonizadoras em justificar o processo colonial.

Palavras-chave: Indígenas. Território. Colonização. Campos de Palmas.

Abstract: The present article recurs to several sources, such as exchange of letters about the first colonization period of the Campos de Palmas region (1809-1869). In these documents, the white men usually depreciate the territory in question and its population, namely, the Kaingang, Guarani and Xocling indigenous peoples. Therefore, by means of the content analysis methodology, our research seeks to extract from the analyzed material expressions that describe this territory, such as “forsaken lands”, “hinterlands”, “wilderness”, and “savageness”. The devaluation of the territory becomes a strategy by the colonized authorities to legitimate the colonial process.

Keywords: Indigenous peoples. Territory. Colonization. Campos de Palmas.

1 INTRODUÇÃO

Campos esquecidos num momento, lembrados no outro. Historicamente é assim que se definem os campos de Palmas, onde se inicia hoje a região sudoeste do Paraná. O espaço ali ocupado deveria ser transformado, as matas de araucária deveriam dar lugar a grandes plantações. Essas constituíam, no discurso dos colonizadores, o chamado “sertão”, terra despovoada ou “infestada” de “bugres”. Este artigo tem por finalidade analisar o conteúdo do discurso¹ colonial sobre Palmas e as estratégias utilizadas para a colonização desse território.

A primeira menção às terras para frente de Guarapuava e que vizinhavam com o rio Paraná acontece pelas mãos de Dom João VI. Por uma carta que possuía um título que já chamava a atenção: “Sobre os índios Botocudos, cultura e povoação dos campos geraes de Coritiba e Guarapuava”, além de caracterizar todo esse território, o texto descreve o tratamento que os colonizadores deveriam ter para com o nativo ali residente, chegando a instituir políticas que transformariam todo o espaço² ali presente.

¹ A análise do conteúdo do discurso propôs nesse trabalho analisar as palavras que conceituam o território onde vivia o índio. Tal forma de observação analisa também como os autores dos documentos concebiam tal ambiente, como eles o transformavam, qual era sua lógica. Não se viu a necessidade de se contar quantas vezes as palavras “sertão”, “mato”, “vazio” foram citadas, o impacto e o formato que assumem ao serem colocadas na formação do texto refletem a forma como o imaginário do colonizador encarava a vida do índio de forma a depreciá-la e com a intenção de destruí-la. O trabalho se baseou na autora Laurence Bardin para compor a metodologia de linguística de Análise do Conteúdo (BARDIN, 1977).

² É interessante lembrar que todo espaço sofre uma lógica proposta pelo ser humano. A paisagem, segundo Milton Santos, “assim como o espaço altera-se continuamente para poder acompanhar as transformações da sociedade”. Nesse caso, o espaço social somente pode coexistir com o tempo, com as diferentes mentalidades que circundam um momento qualquer (SANTOS, 2009, p. 54).

2 “MINHAS TERRAS, MINHAS LEIS”: DOM JOÃO VI E A ‘CIVILIZAÇÃO’ DO SERTÃO PARANAENSE

“Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. (...) Sendo-me presente o quasi total abandono, em que se acham (...) todos os terrenos que desaguam no Paraná e formam do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos compreendidos nos limites dessa Capitania e infestados pelos Índios denominados Bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários, que nos mesmos paizes têm procurado tomar sesmarias e cultivar-as em beneficio do Estado, de maneira tal que em todo o terreno que fica ao Oeste da estrada real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages, a maior parte das fazendas, que estão na dita estrada, se vão despovoando” [sem grifos no original] (citação da Carta Régia de 08 de novembro de 1809 de Dom João VI. BRASIL, 2010).

Apesar de fugir de Napoleão Bonaparte, Dom João VI mantinha-se irredutível em seus projetos coloniais para o Brasil. E isso não se sustenta apenas pelos recém erguidos centros urbanos na costa tropical, sua utopia colonial era além de ultramarina, também ultraterrena. Nasce a utopia de mudar o espaço colonial.

Os monarcas dessa época eram restritos aos rituais de “beija-mão” do Rio de Janeiro, cidadezinha que viam como escaldante pertencente a uma terra selvagem cercada de mosquitos zumbizentos e macacos. Mal sabiam do que acontecia nos confins, nos locais chamados de sertão. A utopia de um Império Luso-Tropical está presente nas palavras de Dom João, um Império que fosse desde o litoral donde estava até as fronteiras com a Vice-Reino do Rio da Prata, atual Argentina.

A servidão ao imperador era sinal de respeito e submissão, era o projeto de colonização colocado perante conquistadores e nativos. Logo, o discurso do colonizador

se circunda de um imaginário puxado de todo um medievalismo cavaleiresco frente a uma imensidão de terras cercadas de índios.

Ao assinar essa Carta Régia de 08 de novembro de 1809, o “Clemente”, como era assim chamado, assinava na realidade um verdadeiro decreto de guerra contra as populações residentes a oeste de Guarapuava. Os referidos campos são considerados como localidade inóspita e selvagem, Dom João logo indica ainda a necessidade de sua ocupação em nome de duas preocupações: a delimitação de fronteiras com as nações vizinhas e a vingança de uma série de cruéis mortes de tropeiros - essas recebiam a autoria dos chamados “bugres”. Nesse instante, Dom João, descreve os habitantes da selva como possuidores de uma “natural rudeza”³.

Os chamados “botocudos”⁴ deveriam sofrer as conseqüências, os colonizadores deveriam vingar os seus que ali morreram. A “selvageria” alheia se apresenta como resultado do fator selva, os índios são coisificados no discurso colonial, o que serve de argumento para Dom João constatar a impossibilidade da colônia em “civilisar povos barbaros” (sic).

O discurso colonial tomou corpo no indignado príncipe, que ignorava a possibilidade de permanência de povos indígenas naquela região a menos que esses servissem a ele e aos interesses da Coroa

Portuguesa. Além dos Campos de Guarapuava estaria a região de fronteira, de limite da nação, quando a palavra “região” é emitida, percebemos que ela se relaciona à noção de espaço imbrincada em uma rede de sentidos condicionada por distintas acepções em que se incluem diversas formas de existência.

Diversas correntes geográficas discutem as diferentes noções de região, para Corrêa (1995, p. 27), essa palavra adentra o texto produzindo um sentido como “uma região humana vista na forma de geografia regional” e “que se torna seu próprio objeto. A região considerada é concebida como sendo, por excelência, a região geográfica”. Nessa região, o homem seria o seu principal agente, o qual seria incumbido da função de transformador.

Dom João VI, se auto-intitulando dono de todas aquelas bravas terras, finaliza a carta com quatro ordenações:

Iniciar a guerra contra os “barbaros indios” que segundo o próprio Dom João eram “infectadores do seu território”, podendo considerá-los por aproximadamente 15 anos como prisioneiros de guerra, “destinando-os ao serviço que mais lhe convier”. Aos índios que desejassem viver sob o julgo das leis da Coroa, de propriedade do próprio Dom João, seriam considerados “cidadãos livres e vassallos”;

Ceder sesmarias⁵ aos fazendeiros que tornarem aqueles campos suscetíveis à “cultura de trigos, cevadas, milho e de todas as plantas cereais e de pastos para gados, mas de linhos canhamos” afim também de encontrarem metais preciosos como ouro e diamantes;

Ordenar um Intendente da cultura dos campos que iam até o rio Paraná. Ficaria

³ A reprodução desses termos no interior do texto não tem por finalidade reproduzir o discurso civilizador, mas sim refletir sobre o mesmo. Para Lúcio Mota, não podemos simplificar a relação nativo-colonizador. As ofensivas e táticas de guerra por parte dos Kaingang nesse momento no Paraná devem ser atribuídas como formas de resistência aos colonizadores durante os séculos XVIII e XIX. A relação de conflito teria sido provocada como uma forma de reação à ocupação de suas terras, ao aprisionamento e à escravidão indígena nas fazendas (MOTA, 1994).

⁴ “Em maior número na época das primeiras incursões do branco, eram conhecidos pelo apelido de botocudos derivado do uso que faziam de botoques, acessórios que na verdade eram peças arredondadas, as vezes até de grandes dimensões, que fixavam nos lóbulos das orelhas e nos lábios, conferindo-lhes aparência particularmente assustadora” (ENCICLOPEDIA TIO SAM, 2010).

⁵ A insistência de Dom João em estabelecer sesmarias em toda a região se deve também à ocupação desregrada daquela região por parte de outros fazendeiros. A ocupação do território por parte dos chamados “homens bons” com suas cartas de sesmaria tinha por finalidade criar uma relação de servidão para com Portugal.

ele responsável por cultivar os campos abandonados e ali estabelecer a chamada “boa cultura”⁶. Além dele outros parceiros da colônia apresentam-se citados no documento. Esses por sua vez receberiam uma carta de sesmaria cada um;

Encontrar metais preciosos, sendo que todo o diamante encontrado seja entregue a Real Fazenda, “que toda a lavagem de terras para tirar diamantes fora proibida; e que os que assim obrarem, ficam expostos á maior severidade das Leis” (BRASIL, op. Cit.).

Os nativos que viviam naqueles campos deveriam se tornar escravos de algum grande fazendeiro que ali se instalaria e deveriam ser catequizados pela religião cristã, dogmática e estranha a seus costumes. Esse tipo de relação com os nativos previa uma transformação radical do espaço onde viviam, a mata de araucárias deveria ser derrubada para dar um lugar a uma plantação que servisse às demandas da colônia. Agora eles seriam meros vassalos sustentando as demandas da Coroa, “protegidos” por leis que antes desconheciam.

A criação de pastagens, trigo e cânhamo serviria para os interesses da Colônia, sendo esses produtor respectivamente usados na alimentação do gado, para a produção de pães e alimentos e para a produção de papéis, roupas e vestes – em substituição ao algodão⁷.

⁶ Da colônia, Portugal apenas tinha um interesse: explorar. O sentido original do termo cultura é intrínseco nas palavras do príncipe. Antes de pensarmos os diversos significados atuais de cultura, baseados em padrões de comportamento atuais, devemos refletir sobre a forma como Dom João pensava a cultura em sua época. Uma vida pelo trabalho. Segundo Raymond Williams, cultura significa atividade, como a cultura de alguma coisa, em geral animais e produtos agrícolas (WILLIAMS, 1992). Na visão do colonizador, as picadas cruzavam um “sertão despovoado”. A oportunidade onde é citado o termo “sertão”, palavra que fundamenta uma ideia de abandono e infertilidade, já traz consigo a necessidade de uma ação humana por parte do homem branco diferente da exercida ali.

⁷ Essa concorrência se deve ao fato de que o cânhamo é cerca de 5 vezes mais resistente e resiste em diversos tipos de solo enquanto o algodão devia ser adicionado em seu plantio a diversos tipos de adubo de origem animal e fertilizantes.

O destino daqueles campos estava traçado, o extermínio indígena era previsto e ordenado pela Coroa. Entretanto, esse relacionamento do branco com o “outro” nas terras de Guarapuava e, no caso de nosso foco principal, Palmas, se desenvolveu em episódios precedentes, sofrendo influência de outras teses coloniais que iam desde membros do clero e até integrantes de uma guarda armada improvisada para ocupar o devido território. Diversos conflitos marcam a construção do indígena enquanto mero “selvagem”. Essa construção se deve a um discurso de interesses coloniais que procurou de todas as formas influenciar, mudar e interferir na cultura dos povos que ali viviam.

3 OS CAMPOS DE GUARAPUAVA: ENTRE O SERTÃO E A CIVILIZAÇÃO

A barbárie aparece nessa carta como algo construído no discurso. Não existe civilização sem barbárie, uma dicotomia aí se apresenta no processo civilizatório do chamado “bugre”. Para Norbert Elias, um processo civilizador se expressa segundo: “a consciência que o Ocidente tem de si mesmo”. O autor resume o percurso da sociedade ocidental como essa se julgando superior às sociedades mais antigas ou às sociedades contemporâneas “mais primitivas” (ELIAS, 1990, p. 23). Nesse caso, não basta ser civilizado, se torna necessário identificar o “outro”, o “não civilizado”. O europeu invasor via na existência do índio uma real oportunidade de inflar seu ego civilizado.

As ordens de Dom João foram expressas, diversas expedições foram organizadas ao bravo oeste. Nessa época, emergia a cidade que conservava em si um tipo de fronteira, um limite, uma divisão de dois mundos, entre “selvagens e civilizados”. Mas só podemos defender a ideia de que

uns são “civilizados” no momento em que nos baseamos na versão da história que esses próprios escreveram, já que não possuímos a versão dos derrotados em mãos.

Além da recente freguesia de Guarapuava, não havia grandes construções suntuosas, o Paraná ainda era parte da Capitania de São Paulo. Um dos desafios desse artigo é trabalhar o “sertão” enquanto uma palavra cercada de valores, uma representação do que poderia ser um “vazio humano”, um espaço desértico, estagnado, sem aproveitamento. Ainda que observemos o território paranaense com características distintas do agreste nordestino, quando ouvimos soar esse termo não imaginamos um território cercado de rios e coberto de campos e florestas de araucárias, ali viviam os Kaingang adeptos de uma dieta baseada em pinhões e tudo que extraíam da terra. O sertão no ouvido do paranaense remete à aridez, ao deserto, ao agreste.

Em 1810, se instalava em Guarapuava o aldeamento Atalaia⁸. Esse aldeamento recebia índios de todas as regiões a oeste. A principal função do aldeamento era a catequese e a “civilização” dos povos nativos, para tanto uma instalação militar envolvia o seu redor. Diogo Pinto de Azevedo Português construiu o Fortim Atalaia que servia de proteção para as primeiras famílias de colonizadores e as suas primeiras tropas. Os ataques dos índios pertencentes às três tribos que habitavam a região (Camés, Votorões e Cayeres ou Dorins) eram frequentes.

⁸ Criado pelo capelão da 1a. Real Expedição de ocupação dos “sertões” de Guarapuava, o padre Francisco das Chagas Lima. Esse aldeamento recebeu proteção armada do comandante Diogo Pinto, suas atitudes influenciaram muito o relacionamento do branco com o indígena e até dos diferentes grupos indígenas entre si. A Real Expedição de ocupação dos “sertões” de Guarapuava foi organizada pelo presidente da província de São Paulo da época, Antonio José da Franca e Horta. Foi seguida de 200 homens armados e 100 povoadores, todos saídos de Curitiba. A tropa partiu no primeiro dia de agosto de 1809 para chegar a Guarapuava dezesseis dias depois. O padre Chagas Lima é descrito em todos os documentos com grande prestígio perante o clero nacional, sendo teólogo e único missionário evangelizador de indígenas nessa época (TAKATUZI, 2005).

Em 1812, cerca de 500 índios das tribos “Camés” e “Votorões”⁹ passaram a conviver no aldeamento. Essa manobra somente pôde ser realizada a partir do consentimento de Antonio Pahy, reconhecido nos documentos como líder das tribos e braço direito de Chagas Lima.

Considerado um fato histórico, o consentimento de Pahy para Guarapuava fecunda o estabelecimento do colonizador sobre as terras da recém-fundada Nossa Senhora de Belém de Guarapuava. Nesse período, diversas marchas a oeste e ao sul de Guarapuava foram organizadas. Em 1819, numa dessas expedições de reconhecimento da região ocorreu a morte de Pahy por outros índios. Ao relatar os frequentes conflitos entre os diversos agrupamentos indígenas, Ruy Wachowicz (1987) caracteriza os índios entre “colaboracionistas” e “refratários”, quanto à colonização do homem branco.

A evidência do chamado “conflito fratricida” oportuniza uma citação desse historiador sobre um possível posicionamento neutro das autoridades colonizadoras: “O padre Chagas e o comandante Diogo Pinto aparentemente nada podiam fazer para evitar que os índios colaboracionistas fossem atacar seus desafetos em suas próprias habitações” (op. Cit., p. 14). O relato desse historiador nos serve para perceber que aqueles que se intitulavam civilizados permitiram a “barbárie” alheia, logo aí não há qualquer neutralidade, já que a não interferência favorecia a dizimação de agrupamentos indígenas e a colonização por parte do homem branco.

Após a morte de Pahy, foi escolhido por Chagas Lima um novo “Capitão dos

⁹ Segundo informações virtuais da Prefeitura de Candói, próximo de Guarapuava: “As terras do atual município de Candói estão cercadas pelos rios: Cavernoso, Jordão, Iguaçu e Campo Real e seus primeiros moradores foram os valentes índios Votorões, os rudes e bárbaros Dorins e os inteligentes e dóceis Camés, todos da nação Caingangue” (CANDÓI, 2011). Diferentes tribos que por possuírem características diferentes se enfrentavam.

Índios”¹⁰, chamado de Luiz Tigre Gacon. Os relatos do padre sustentam a imagem de Gacon como um líder indisciplinado que desorganizou o aldeamento. Sua liderança aparece caracterizada por requintes de autoritarismo e truculência, “não perdoava aos seus o menor delito, castigando aos homens com chibata, e com palmatória as mulheres” (OFÍCIOS, 1861). Em decorrência de seus abusos para com os “selvagens” ocorre uma eventual vingança de antigos subordinados e por parte dos refratários “Dorins”, um ataque provoca a destruição do aldeamento Atalaia em 1825¹¹.

Previsto Gonçalves da Fonseca, ao endereçar um relatório ao secretário do governo se referiu da seguinte forma ao massacre do Atalaia: “os que escaparão desta terrível matança, assustados, abandonarão aqueles campos e asilarão-se no sertão que limita o Paraná com o Rio Grande do Sul” (sic!) (OFÍCIOS, 1865: v. 3).

O sertão era, para o homem branco, um espaço em contraste com a civilização, o retrocesso da humanidade. Segundo Mota (1994, p. 9), paralela às guerras de conquista existia uma apologia à colonização. Persiste no processo de “desbravamento do sertão” ali o mito do pioneiro colonizador, representado na imagem do homem branco que em suas ações deveria sustentar os sentimentos nacionais.

Esses campos vizinhos na realidade eram os Campos de Palmas, ali se estabeleceriam uma grande rota de fuga de muitos indígenas. Aqueles outros campos apareciam abaixo de uma neblina que descia ao solo. Uma terra caracterizava pelo período anual da invernada, ideal para a pastagem

do gado. Além das questões naturais, as grandes estâncias seriam conseqüência de um grupo de fazendeiros e tropeiros que viriam de São Paulo, acompanhados de funcionários e de escravos, seguiram aqueles homens que atravessaram colinas, morros, rios, e que acabaram chegando a uma região pouco citada nos documentos da província. Um dos últimos refúgios indígenas da região.

4 O “SERTÃO” DE PALMAS: ESPAÇO DE RESISTÊNCIA INDÍGENA EM SOCIEDADE COLONIAL

Uma série de família se diz “pioneira” da região, mas essa já era muito conhecida pelas tribos que fugiram quando desmoronou o Aldeamento Atalaia. Os Campos de Palmas, chamados pelos povos nativos de “Bituruna”, a existência desses Campos era novidade apenas para os brancos, Bituruna era uma rota de fuga indígena.

Segundo Bandeira (1851, p. 386), os indígenas adentravam novas matas após serem expulsos do Atalaia “a fim de terem ali um asilo seguro, quando algum desvario provocasse contra eles as iras do comandante de Guarapuava”. Tais campos não eram revelados aos colonizadores. Se por um lado existiam grupos indígenas colaborando com os fazendeiros, até esses não possuíam uma total confiança nos brancos. Os indígenas sobre Bituruna pode ser considerado um fator de resistência.

Entre os colonizadores se destacam nos documentos usados como fonte dois personagens que repartem entre si aqueles campos. Ignorando os indígenas como proprietários daquele vasto território, Pedro Siqueira Cortês e José Ferreira dos Santos organizaram suas respectivas frentes de

¹⁰ O que é de interesse chamar a atenção aí é quanto aos primeiros nomes “Luiz”, “Antonio” e a alguns títulos cedidos como “capitão”. Essas nomenclaturas servem para entender outro divisor de águas entre a resistência cultural indígena e a influência dos colonizadores.

¹¹ Segundo Wachowicz, 1987, p. 200, “dorins” é um agrupamento indígena refratário à colonização branca, que destruiu o Atalaia (op. Cit., p. 12). Chagas Lima havia por permanecer em Guarapuava até 1828.

ocupação entre 1836-39¹². O clima de rivalidade era intenso, ambos os fazendeiros procuravam envolver em torno de si diversas autoridades na região¹³.

Entre essas autoridades, um personagem foi fundamental para a colonização dos Campos de Palmas. Vitorino Condá, Pay-bang (Cacique) de toda a região, era frequentemente visto saindo dos verdes campos com diversas famílias indígenas para influenciar diretamente nas decisões da ocupação de todo atual sudoeste do Paraná, do oeste de Santa Catarina e do noroeste do Rio Grande do Sul. Sobrevivente do Atalaia, lá havia conhecido Francisco de Rocha Loures, considerado seu “amigo” em todas as cartas que descrevem o relacionamento entre ambos¹⁴.

O Cacique rondava uma grande faixa de terras que iam de Guarapuava até Nonohay (noroeste do Rio Grande do Sul), sempre com o objetivo de negociar a permanência de seu povo na região. Segundo Bandeira, em um dos encontros do líder indígena com dois árbitros curitibanos que foram levados a Guarapuava para promover essa negociação e a questão da posse das terras nos Campos de Palmas, Condá aparece com outros indígenas provenientes do Atalaia:

¹² Por volta da década de 1840, dois árbitros neutros foram convocados para resolver a questão, Dr. João da Silva Carrão e Joaquim José Pinto Bandeira. Houve uma separação das duas comunidades, Siqueira Cortes ficara no poente e Santos foi para o nascente. (WACHOWICZ, op. Cit., p. 15).

¹³ Entre os povoamentos de Cortês estavam Francisco Antonio de Araújo (fundador da Fazenda Pitanga; Capitão da Guarda Nacional) e José Antonio de Lima Pacheco (fundador da atual cidade de Pato Branco); e dos povoamentos de Santos estavam presentes o Pe. Ponciano José de Araujo (primeiro capelão de Palmas), Francisco Ferreira da Rocha Loures (interventor na comunicação com Vitorino Condá), Antonio de Sá Camargo (fundador da Fazenda Floresta; deputado provincial, futuro Barão e Visconde de Guarapuava).

¹⁴ O Brigadeiro Francisco da Rocha Loures era filho do antigo capitão e comandante interino da povoação de Guarapuava, Antonio da Rocha Loures - padrinho de batismo de Gacon. Segundo Cristiano Durat: “O Brigadeiro Rocha, ostentava relações amistosas com os índios da região, entendia e falava a língua indígena, habilidades que o destacaram para exercer o cargo de Diretor Geral dos Índios, pelo presidente provincial Theofilo Ribeiro de Rezende em 1854, conforme orientava o Regulamento das missões de 1845” (DURAT, 2010).

entre os quais eram Chanerê mulher do cacique e duas outras criadas Mãe e Vangre. Um dos índios sabia ler e escrever, por ter-se criado na aldêa de Guarapuava, d’onde fugiu para o sertão; e ainda fallava soffrivelmente a nossa língua, o que serviu à comunicação franca, até mesmo com o cacique, que também balbuciava algumas phrases portuguezas, e os entretiveram com agrados, dadivas e caricias, afim de os ganharem sua segurança (sic!) (BANDEIRA. op. Cit.: 390).

Em 1846, a intenção dos colonizadores era evidente, tinham por pretensão usar a confiança de Condá para construir uma via de comunicação que chegasse até Nonohay. O desenvolvimento da região se daria por meio dessas estradas, cercadas de cidades que viriam a se desenvolver. Logo, o “sertão” aparece como conceito a ser apagado na prática do colonizador, ou seja, o meio de vida do indígena, o seu espaço vital deveriam deixar de existir.

Para essa empreitada, dois elementos eram fundamentais para a permanência do homem branco naqueles campos, a catequese, como forma de disciplina e o aldeamento, como forma de controle. Em 1851, as autoridades colonizadoras do sudoeste do Paraná protagonizaram o que historiadores consideram um divisor de águas na questão indígena, essas passam então a pensar o indígena não apenas como mão de obra servil e escrava, começando a compreender de outra forma o trabalho no espaço onde essas populações viviam¹⁵.

Alguns dos documentos de autoria dos colonizadores daquela região denominavam o escambo usando outra palavra. Era o chamado “butim”, um deles aconteceu quando padres gaúchos entregaram roupas, alimentos e outros artigos de consumo

¹⁵ Para Maria Nonnemacher, a criação de aldeamentos tinha por si só um único objetivo, acabar com a “vida errante” dos indígenas. Essa forma de vida, na visão dos colonizadores era prejudicial para a “sociedade brasileira em expansão” (NONNEMACHER, 2010, p. 34).

aos indígenas, isso procurava se justificar como uma forma de reconhecimento. A catequese se coloca nas fontes como parte integrante do desenvolvimento da região.

Diversos missionários foram trazidos do Rio Grande do Sul. A intenção de “educar o selvagem” pode ser entendida como mais uma forma de contato com o elemento nativo, procurando incluí-lo no corpo social de colonização dos Campos de Palmas.

Sua intenção era de procurar vigiar uma pequena sociedade para nela impor um conjunto de códigos de postura em favor do colonizador. O indígena ausentava-se, então, da sua antiga realidade e do imaginário que fazia do mundo. Agora o índio era colocado numa pequena escola, fechado nas ideias reproduzidas pela boca do padre segurando o livro sagrado. Sob o crucifixo, a lei não era garantida pela punição do castigo, mas pela consciência. Aquele que antes era inocente, agora poderia a qualquer momento ser acusado de ser pecador. Uma força armada ao redor daqueles campos garantia essa instituição normatizadora do índio não somente pelo discurso, não somente pelo diálogo, mas também pelas armas usadas e na forma como essas seriam usadas caso fosse necessário.

A política exercida pelas autoridades da província tinha objetivos bem claros, seu dever era aproximar índios, vesti-los e assemelhá-los ao costume do colonizador, esses ainda deveriam cuidar das plantações e ainda administrar financeiramente o aldeamento.

Nesse momento, passa a persistir um grande esquadramento da vida do índio. A agricultura – a fim de financeiramente adquirir lucros com o trabalho no campo –, o vestuário – o simples ato de se vestir altera o costume do índio – e o lucro – fruto do suor, um saldo de impulso para uma vida além da subsistência – eram os elementos que fariam parte desse processo. Nas grandes capitais efervesceu o movimento

romântico e indianista, possuindo um grande apoio do governo imperial de Dom Pedro II. Enquanto os Kaingang, Xoclog e Guarani que viviam no antigo Bituruna perdiam seus antigos costumes, as imagens e o discurso produzido pelos indianistas exaltavam o “bom selvagem” como um ser idealizado ao extremo em favor da temática nacionalista¹⁶.

Do material ao imaterial, desde o trabalho compulsivo, passando pela forma como esses antigos membros de comunidades tribais passaram a se vestir, até chegar à possível ganância pelo dinheiro. Mas entre tudo isso, o índio passa a se tornar o elemento de mudança do espaço que o envolvia, a derrubada incessante das matas, seguida do cultivo daquelas terras deveriam ser os episódios da colonização na visão do colonizador.

Mas do outro lado, os chamados índios refratários tinham por objetivo defender o seu chamado “sertão”, que estava ameaçado pelas intenções do homem branco. Se o mato era um obstáculo fácil de atravessar, com certeza não se pode dizer o mesmo da população indígena que beirava as estradas por onde os tropeiros passavam. Esses são caracterizados pelas fontes como “hostis” à presença do homem branco e até aos seus semelhantes – os membros de tal pequeno aldeamento.

Nesse momento, a presença de Vitorino Condá enquanto líder se faz valer em suas ações. Bandeira relata que o Pay-bang, após oferecer segurança total a Loures e seus homens, em uma de suas passagens pela localidade de Nonohay (noroeste do Rio Grande) teve registrada pelos colonizadores a sua autoridade perante as demais povoações:

¹⁶ Se torna interessante lembrar também que enquanto folhetins indianistas eram publicados nos grandes jornais de cidades como o Rio de Janeiro, Palmas sequer possuía um jornaleiro, quem dirá jornalista. Essa cena evidencia a construção da imagem do “bom selvagem” como algo contraditório com a realidade nacional (MULTIRIO, 2010).

ahi reconheci o imperio que o Indio exercia sobre os mais chefes, que apresentando-se em atitude hostil nos campos de Nonohay, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para os desarmar, e franquearam-lhe a passagem (BANDEIRA; idem: 394).

Ainda que todo o acompanhamento militar parecesse estar a favor do constante monitoramento da vida no recente aldeamento, esse empenho vai além em 1858. Eliot (apud WACHOWICZ, Ib.) descreve a presença militar em território alheio a civilização, a mata:

Com a chegada desse auxilio, organizou-se uma escolta sob o pretexto de ir ao matto buscar os índios que se entretinham em suas innocentes caçadas e os conduzir a povoação; mas sua fixa atenção era de assassiná-lo (...) No segundo dia de viagem na sahida de uma pequena campina, por um sinal dado, os índios foram de subito acometidos e ferozmente assassinados, sem que até então tivessem dado indício algum de insubordinação. Uma segunda escolta, procedeu da mesma criminosa forma, com algumas familias indígenas que andavam dispersas.

Eliot denunciou a autoria de Pedro Siqueira Cortês nesses crimes contra os nativos ao assumir o comando da Companhia de Municipais Independente, organização que tinha por objetivo desenvolver os Campos de Palmas.

Em 1863, Viri, considerado também uma autoridade militar veio a aceitar um convite de deslocar cerca de 30 índios a um destacamento militar em Guarapuava¹⁷. Lá receberam enfardamento e se tornaram reservistas juntamente a 25 praças saídos de Curitiba¹⁸. Esse destacamento não aparece

¹⁷ Em 1.º de Agosto de 1863, o Brigadeiro Loures em Officio dirigido ao Ministro da Agricultura mostrou o erro do abandono do serviço de "catechese e extinção do Aldeamento do Chagú e outros, que vem atirar ao abandono mais de 300 indios que hoje vagueam sem direcção, depois de terem procurado a civilização" (NEGRÃO, op. Cit.)

¹⁸ Releve-se que esse era um número minoritário, mas quase igual ao de índios. O ataque a tribos indígenas próximas ao destacamento era previsto.

em nenhuma das cartas com minúcias, notícias dele somente surgiram com seu fim durante a Guerra do Paraguai¹⁹, decorrente da falta de recursos enviados pela capital da província. Nas palavras do Diretor Geral dos Índios, Francisco Pereira da Rocha: "Posso affirmar a V. Exa. que nunca aqui tivemos Destacamento melhor, tanto em asseio, como em disciplina e que mais se prestasse ao serviço Publico" (OFÍCIOS, vol. 18, 1869).

Andando entre a natureza que conheciam agora e valorizavam mais ainda, com armas em punho e em ininterrupta vigia serviam à Pátria. No aspecto defesa, os nativos conheciam melhor essas terras, as autoridades colonizadoras se interessavam em defendê-las dos "estrangeiros" que poderiam vir do oeste (paraguaios e argentinos).

Vitorino Condá foi agraciado com o título de Soldo Major. Percebemos nesse alistamento de índios e em suas condecorações uma ruptura profunda com seu antigo modo de vida em meio às matas. Índios que antes viviam entre as matas, agora obedeceriam comandos militares e seriam submetidos às ordens de um general.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O registro das palavras "sertão", "mato", "selvageria", citadas muitas vezes nas cartas, aparecem apresentadas sempre com um teor depreciação. Tais termos se dirigiam a um território donde segundo os autores das correspondências nada se aproveitava, um espaço que deveria ser transformado. Nesse caso, se produzia a idéia de que esse território que concedia o meio de vida do indígena deveria ser destruído para construção de uma nova sociedade.

¹⁹ Com a Guerra, as forças militares passaram a se concentrar além da fronteira, deixando desguarnecidos os batalhões dentro do território nacional.

O desprezo ao índio, à sua forma de vida, ao espaço onde vivia se apresentam constantemente nas correspondências dos colonizadores. Os anos que finalizam o século XIX, com toda certeza, se definiram por um episódio de colonização em que a ausência determinou a constituição do poder local constituído até por forças militares indígenas – recorreu-se aos nativos para a criação de um reservamento militar na fronteira.

Ocorre a formação étnica do caboclo²⁰, com enlaces de sangue entre o índio e o branco, descendeu de todos esses episódios de conflitos. Começa por interesse do governo uma transformação do espaço que romperia com a mentalidade do “sertão” em favor de uma região idealizada na mente dos colonizadores.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, J. J. P. Notícia da descoberta dos Campos de Palmas. **Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. 3 Série, n. 4, 4 Trimestre, 1851.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BRASIL. **Documentos Históricos**: Carta Régia de 08 novembro de 1809. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acessado em: 03 jun. 2010.

CANDÓI. **Portal da Prefeitura**: www.candoi.pr.gov.br. Acessado em: 01 jul. 2011.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1995.

DURAT, C. A. **Francisco Luiz Tigre Gacon, índio: um personagem na vila de Guarapuava (século XIX)**. Disponível em: www.labhstc.ufsc.br. Acessado em: 05/06/2010.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, v. 1, 1990.

ENCICLOPÉDIA TIO SAM. 2010.

MOTA, L. T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: EDUEM, 1994.

MULTIRIO. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/historia>. Acessado em: 09 jun. 2010.

NONNEMACHER, M. S. **Aldeamentos Kaingang no Rio Grande do Sul (século XIX)**. Disponível em: <http://google.books.com>. Acessado em: 04 jun. 2010.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Edusp, 2009.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, sudoeste: Ocupação, Colonização**. Curitiba: Litero-Técnica, 1987.

TAKATUZI, T. **Águas batismais e santos óleos: Uma trajetória histórica do aldeamento Atalaia em Guarapuava**. Dissertação de Mestrado: Unicamp, 2005

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Fontes do Arquivo Público do Paraná:

OFFÍCIOS:

Francisco Ferreira da Rocha Loures, Diretor Geral dos Índios, 23 de novembro de 1861 ao presidente da província.

Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia, 28 de janeiro de 1865 ao secretário do governo.

Joaquim José Andrada Neves, Diretor Geral dos Índios do Rio Grande do Sul, 30 de agosto de 1869 ao presidente da Província do Rio Grande do Sul.

Recebido em: 21/04/11
Aceito em: 13/05/11

²⁰ Descendente de índios e brancos, o caboclo passa a extrair sua sobrevivência da natureza, desenvolver as primeiras ferramentas e criar um sistema econômico.